

De Polanyi à Pollyanna: O Falso Otimismo dos Estudos sobre Trabalho Global



Por Michael Burawoy

Tradução: Alberto L. C. de Farias

Nos últimos anos, tem havido grande interesse em “The Great Transformation” de Karl Polanyi entre os cientistas sociais em geral e entre os estudiosos do trabalho em particular.¹ E isso não é surpreendente, já que Polanyi nos advertiu sobre os perigos do que chamou de “credo liberal” – a crença no mercado auto-regulado cuja busca trouxe miséria econômica e devastação cultural à civilização moderna. Escrito em 1944, *The Great Transformation* traça a ascensão do mercado auto-regulado – a relação entre a ideia e a prática – desde o final do século 18, passando pelo século 19 até o século XX, gerando contra-movimentos protecionistas que trouxeram a social-democracia e o *New Deal*, mas também o Fascismo e o Estalinismo. A reação ao fundamentalismo de mercado poderia ser tão ruim quanto o próprio, levando Polanyi a acreditar que nunca mais a humanidade se entregaria a uma experiência tão perigosa. No entanto, é isso o que enfrentamos agora.

¹ Karl Polanyi (1944) *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. New York: Farrar&Rinehart; and (2001) Boston: Beacon Press.

Como Marx, Polanyi podia ver a desvantagem, bem como as potencialidades do mercado. Na verdade, existem poderosas ressonâncias entre Marx e Polanyi – Polanyi baseia-se nos primeiros escritos de Marx sobre o dinheiro e a alienação como base de sua própria condenação moral da mercantilização não regulamentada. Mas há também divergências fundamentais entre os seus comentários. De vez em quando, Polanyi ataca as teorias marxistas da história que se baseiam na dinâmica da lei dos modos de produção e sua sucessão através da história. Sua crítica está baseada na afirmação de que a mercantilização e não a exploração é a experiência central do capitalismo.² O Capítulo 13 de *The Great Transformation* empreende uma polêmica sustentada contra a noção marxista de exploração, que, segundo ele, na verdade diminuiu durante a Revolução Industrial e, portanto, não pode explicar o que impulsionou a mudança. De acordo com Polanyi, o que estava por trás das lutas na Europa do século XIX não era exploração, mas a devastação cultural causada pelo mercado. Na formulação de Polanyi, a mercantilização da terra, do dinheiro e do trabalho – chamados *commodities* fictícias – ameaçou destruir a “sociedade”, o fundamento indescritível da humanidade, e gerou contra-movimentos espontâneos para defender a sociedade. Nesta análise, as classes se tornam atores efetivos, não na busca de seus próprios interesses, mas quando defendem o interesse universal em sustentar a sociedade. O foco, portanto, passa da exploração para a mercantilização, da produção para os mercados e das classes para a sociedade.

Polanyi sofre de um falso otimismo em quatro pontos. Primeiro, ele tanto acreditava no poder das ideias que achava que a ideologia desacreditada do fundamentalismo de mercado não poderia tomar posse do nosso planeta novamente. Em segundo lugar, ele postulou uma noção nebulosa e sub-teorizada de sociedade, que, em última análise, assim afirmou, convocaria sua própria defesa diante de uma investida do mercado. Em terceiro lugar, em sua hostilidade ao marxismo ortodoxo – especialmente às suas teorias da história e à centralidade da exploração – perdeu de vista os imperativos da acumulação capitalista que estão por trás do ressurgimento dos mercados. Finalmente, ao se concentrar no mercado e em seu contra-movimento, ele facilmente reduziu o Estado à sociedade, perdendo sua interação complexa. Esses quatro

² Marx e Polanyi podem não ser tão diferentes assim em suas descrições da experiência do capitalismo. Marx sempre insistiu na mistificação da exploração, deixando aberta a possibilidade de lutas em torno da mercantilização. No entanto, Marx pensou que a exploração definia os limites e a direção da dinâmica do capitalismo - algo que Polanyi não considera.

elementos de falso otimismo encontram seu eco em estudos recente sobre trabalho que, ao se inspirarem nas ideias críticas de Polanyi sobre o mercado, encontraram esperança em sua postulação de contra-movimento.

Conseqüentemente, este ensaio é dividido em duas partes - duas leituras de Polanyi. A primeira parte é uma crítica das representações otimistas de Polanyi, especialmente interpretações que apelam para e buscam por contra-movimentos trabalhistas em relação ao fundamentalismo de mercado. Como pano de fundo, comecei com alguns clássicos recentes que tem uma inclinação mais otimista antes de recorrer a um tratamento mais longo da *Grounding Globalization*, um livro premiado da África do Sul. A segunda parte do ensaio pretende ser uma alternativa, mais pessimista, à leitura de Polanyi. Localizando sua análise das *commodities* fictícias em perspectiva histórica, busco compreender a natureza peculiar da mercantilização contemporânea e assim problematizar a possibilidade de um contra-movimento global, especialmente um centrado no trabalho. O ensaio segue os excelentes artigos da primeira edição do *Global Labor Journal* que abordam os obstáculos ao protesto trabalhista na Índia e na China.

O Falso Otimismo

Não há lugar melhor para começar do que com Peter Evans, cujo trabalho de vida tem dialogado com Karl Polanyi. Durante grande parte da sua carreira, estudou as condições políticas da acumulação de capital nas economias em desenvolvimento, apontando em particular o papel do Estado - primeiro a aliança tripartite de Estado, capital nacional e capital internacional que produziu desenvolvimento dependente no Brasil e, em seguida, em um estudo comparativo da Índia, da Coreia do Sul e do Brasil que mostrou como o estado mais eficaz de “desenvolvimento”, ou seja, mostrou como o estado “desenvolvimentista” mais eficaz, em outras palavras, um que produz crescimento econômico, está enraizado e é autônomo em relação à economia. Isso corresponde bem à noção de Polanyi do “mercado” como um projeto político que exige regulação e direção estatal. Perturbado pelos benefícios desiguais da acumulação capitalista que ele havia defendido anteriormente, Evans voltou sua atenção para as forças que poderiam desafiar as desigualdades capitalistas. Ele explora a segunda dimensão de Polanyi – o chamado duplo movimento, o movimento contrário à

expansão do mercado.³ Aqui ele insiste que um contra-movimento deve ir além dos níveis local e nacional para alcançar uma escala global – uma escala de resistência impensada por Polanyi - para produzir o que ele chama de “globalização contra-hegemônica”. Ele, portanto, busca por movimentos sociais “progressistas” com o potencial de transcender fronteiras nacionais – movimentos ambientais, movimentos de mulheres e acima de tudo movimentos trabalhistas –, mas não está claro de que maneira esses movimentos são contra-hegemônicos, isto é, de que forma representam uma “hegemonia” alternativa, nem o que é que eles realmente “contrapõe”, nem como eles efetivamente desenvolvem a solidariedade transnacional. Evans traz de volta o Estado para promover o desenvolvimento econômico, mas deixa-o voar pela janela quando se trata de organizar lutas – lutas que o Estado confina na arena nacional. O resultado é uma globalização “contra-hegemônica” que se agarra às palhas. Simplesmente não existe lá. Longe de contra-hegemônicos, seus movimentos parecem estar organizados no terreno e dentro dos limites da hegemonia capitalista. Não há nenhum sinal de que as “suas pequenas transformações”, ou melhor suas pequenas perturbações, sejam mais do que um ajuste ao capitalismo. Importantes que sejam, por direito próprio, não são temporalmente cumulativas nem politicamente (e geograficamente) conectadas, exceto talvez momentaneamente quando se juntam no Fórum Social Mundial. Suas atividades podem ganhar as concessões, mas são concessões que impedem, em vez de prefigurar, qualquer “grande transformação”.

Em contraste, Beverly Silver liga as lutas trabalhistas estreitamente à acumulação de capital à medida em que esta avança no espaço e no tempo.⁴ As concessões ganhas não levam a nenhuma “grande transformação”, mas a novas estratégias do capital. Seu relato magistral da história do trabalho desde 1870 mostra como os capitalistas competem uns com os outros para diminuir os custos do trabalho, engendrando lutas que desafiam a legitimidade do capital. Concessões se sucedem, desse modo ameaçando os lucros. O capitalismo balança entre crises de legitimação e crises de rentabilidade, estabilizando-se temporariamente com vários “reparos”: reparo

³ Peter Evans (2005) ‘Counter-Hegemonic Globalization: Transnational Social Movements in the Contemporary Global Political Economy’, in T. Janoski, A. Hicks and M. Schwartz, *Handbook of Political Sociology* (pp. 655-670). New York: Cambridge University Press; and Peter Evans (2008) ‘Is an Alternative Globalization Possible?’, *Politics and Society* 36(2): 271-305.

⁴ Beverly Silver (2003) *Forces of Labor: Workers’ Movements and Globalization Since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press.

espacial (mudança para novas fontes de mão de obra barata); reparo de processos (inovação tecnológica); reparo do produto (voltando-se para um novo produto ou indústria onde os lucros são inicialmente elevados); e, finalmente, correção financeira (em que o excesso de capital se transforma em saídas financeiras). Silver traça o movimento e as lutas nos têxteis, o protótipo do capitalismo do século XIX e, depois, a indústria automotiva como o protótipo do capitalismo do século XX, perguntando o que será a indústria do século XXI. Ela assume que o trabalho está sempre interessado em resistir à exploração e seu sucesso depende da sua capacidade, isto é, a mobilização de dois tipos de recursos - poder estrutural e associativo. Ela também revela um otimismo não declarado de que a exploração engloba sempre o que ela chama de lutas do tipo-Marx, ou, se não, essas lutas do tipo-Polanyi em torno da mercantilização do trabalho. Em sua análise, estes últimos são sempre uma categoria residual, deixando sem elaborar a visão fundamentalmente diferente do capitalismo de Polanyi, sua singular teoria da experiência e, portanto, as diferentes políticas de contestação a que dá origem.

O texto canônico de Ching Kwan Lee sobre a nova e a antiga classe trabalhadora da China, *Against the Law*, avança o relato de Silver.⁵ Ela dá igual peso às lutas do tipo-Marx contra a exploração pelas jovens mulheres que trabalham na indústria eletrônica no Sunbelt chinês, e para a luta de subsistência do tipo-Polanyi, luta contra a mercantilização pelos trabalhadores industriais, desempregados ou subempregados, do Rustbelt. Lee resolve a tensão entre as lutas marxianas e polanyianas de forma empírica, contornando as divergências teóricas subjacentes baseadas em concepções muito diferentes do capitalismo e do seu futuro. Apesar de Lee, curiosamente, vincular a exploração do trabalho no Sunbelt à mercantilização parcial da terra através da redistribuição dos direitos de propriedade nas áreas rurais e, assim, mover-se em uma direção polaniana de alianças contra o mercado, ela não faz nenhuma tentativa de mover seus sitiados trabalhadores do Estado para a solidariedade internacional. De fato, o “autoritarismo legal descentralizado” chinês tranca lutas em contêineres políticos locais, para que estes não possam nem alcançar a solidariedade nacional, e muito menos construir alianças internacionais. Gay Seidman tematiza essa questão. Em seu estudo sobre boicotes transnacionais de consumidores, ela questiona a

⁵ Ching Kwan Lee (2007) *Against the Law: Labor Protests in China's Rustbelt and Sunbelt*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

viabilidade de um internacionalismo operário que não dá voz ao trabalho.⁶ Em vez disso, ela enfatiza a importância contínua das lutas para democratizar os estados-nação e para melhorar seus regimes trabalhistas. Aqui ela apela a Polanyi para justificar seu foco no Estado como uma força potencialmente positiva, promovendo os interesses do trabalho. Como Polanyi, no entanto, ela não examina a relação entre Estado e sociedade para entender quando o Estado pode proteger os interesses do trabalho ou quando pode fazer um assalto ao trabalho.⁷ Ela segue o Princípio do Nirvana, segundo o qual rejeitar uma solução, *Ipsa facto* torna sua alternativa preferível.⁸ Só porque a solidariedade internacional é inviável e problemática não implica, por si só, que a focalização no Estado ofereça uma solução melhor. Na era contemporânea, os Estados têm sido notoriamente hostis ao trabalho.

No entanto, muitos estudos recentes dão suporte à insistência de Seidman sobre a centralidade das lutas nacionais, bem-sucedidas ou não. Assim, em sua comparação das lutas trabalhistas na Coreia do Sul e nos Estados Unidos, Jennifer Chun concentra-se em lutas de classificação bem-sucedidas que priorizam o vínculo entre o movimento estatal e o movimento trabalhista, tornando a solidariedade internacional difícil de alcançar ou mesmo até de imaginar.⁹ Uma variante interessante sobre esse tema é o estudo de Robyn Rodríguez sobre imigrantes transnacionais organizados por um Estado filipino que media os acordos com outros estados.¹⁰ Aqui, o Migrante Internacional, um movimento popular de trabalhadores migrantes, organiza-se de forma transnacional - não pela construção de relações com trabalhadores de outros países, mas concentrando suas demandas no Estado filipino. É a exceção que prova a regra. Mais uma vez, o Estado enquadra e limita o contexto da luta. Todos esses estudos, e muitos outros, chamam a atenção para uma dimensão não-estruturada em

⁶ Gay Seidman (2007) *Beyond the Boycott: Labor Rights, Human Rights, and Transnational Activism*. New York: Russell Sage Foundation.

⁷ Essa relação entre o Estado e a sociedade é tão complexa quanto a entre o mercado e a sociedade. Polanyi apenas se concentra no último; para a primeira, precisamos recorrer a outras tradições. Ver Michael Burawoy (2003) 'For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi', *Politics and Society* 31(2): 193-261.

⁸ Isso estava tradicionalmente no trabalho e no espírito dos russos, lutando contra o socialismo de Estado, que assumiu que, em razão do planejamento ser disfuncional, os mercados deveriam ser eficientes. Desmantele o planejamento estatal e o Nirvana aparecerá. O Nirvana acabou se tornando purgatório, mas sem saída assegurada.

⁹ Jennifer Chun (2009) *Organizing at the Margins: The Symbolic Politics of Labor in South Korea and the United States*. Ithaca and London: Cornell University Press.

¹⁰ Robyn Rodriguez (2010) *Migrants for Export: How the Philippine State Brokers Labor to the World*. Minneapolis: University of Minnesota.

Polanyi - sua tendência para reduzir o Estado à sociedade - e como o trabalho está bloqueado em uma relação interdependente e antagônica com o Estado que estabelece limites à própria possibilidade da solidariedade transnacional.

Localizando a Globalização¹¹

Do ponto de vista da abordagem das limitações de Polanyi e as tensões com Marx, um dos livros mais interessantes aparecido recentemente é *Grounding Globalization* de Edward Webster, Rob Lambert e Andries Bezuidenhout (WLB), que compara as respostas do trabalho em três fábricas de linha branca, nomeadamente LG na Coreia do Sul (Changwon), Electrolux na Austrália (Orange) e Defy na África do Sul (Ezakeni).¹² Não há dúvidas sobre a importância do livro em se concentrar nas experiências dos trabalhadores além do local de trabalho, e colocá-los dentro de um contexto societal geral. A análise comparativa entre os países é importante. Mas seus desejos políticos dominam suas análises quando afirmam ver nos seus estudos de caso - marxistas e polanyianos - movimentos contrariando a maré do neoliberalismo. O contra-movimento torna-se uma miragem, uma fantasia que desacredita sua intenção de localizar a globalização.

O livro abre, com um engajamento promissor, com “O Problema de Polanyi e o Problema com Polanyi”, colocando cinco questões sobre a sociedade e o contra-movimento. (1) O que é essa sociedade que se defende espontaneamente contra o mercado? (2) Qual é a natureza do contra-movimento à mercantilização? O que reage e em que condições? (3) Qual o lugar, se algum tiver, do trabalho no contra-movimento? (4) Como devemos conceituar o poder no duplo movimento, a que fontes de poder o movimento pode recorrer? (5) Em que escala devemos pensar no contra-movimento - local, nacional ou global? O problema é que a terceira parte de *Grounding Globalization* se afasta dessas questões, abandonando seu projeto original como uma escavadeira, cavando nas trincheiras da sociedade e explorando a

¹¹ Nota de tradução: o termo original é “Grounding Globalization”, referindo-se ao livro de Edward Webster citado logo a seguir. O esforço de Webster é falar de “globalização” em termos de lutas locais, para então localiza-las em contextos sociais mais amplos. Assim, traduzimos “grounding” por “localizando” para evocar o movimento de mudança de escala analítica com fins de “dar chão” a um conceito demasiado abstrato.

¹² Edward Webster, Rob Lambert, Andries Bezuidenhout (2008) *Grounding Globalization: Labour in the Age of Insecurity*. Oxford: Blackwell.

experiência vivida da insegurança. Deixe-me ser claro. O livro é elegantemente organizado ao longo de linhas polanyianas. Parte I: Mercados Contra a Sociedade; Parte II: Sociedade Contra Mercados; Parte III: A Sociedade Governando o Mercado? Assim, na Parte I, vemos um estudo da globalização por suas consequências reais, mas diferentes - em termos gerais, o consentimento para o capitalismo, levando à intensificação do trabalho na Coréia do Sul; ameaças de fechamentos na Austrália; e estratégias de subsistência e de sobrevivência na África do Sul. Na Parte II, WLB identifica as seguintes respostas sociais ao capitalismo: em Changwon, a organização clandestina de um ramo da Federação Nacional do Trabalho (KCTU) e a criação de um Centro de Operadores de Contingência; em Orange, uma campanha contra o fechamento de uma fábrica, envolvendo uma aliança de trabalhadores e agricultores, apoio a um candidato político independente e uma tentativa mal sucedida de ligar as comunidades afetadas pelo fechamento dentro de uma rede global de Comitês de ação da Electrolux; em Ezakheni eles reivindicam um sindicalismo de movimento social que ligasse as lutas por terra e trabalho, um experimento de orçamento aberto a nível local e organizações semi-formais baseadas na comunidade.

Tabela 1: Contrastando grandes transformações

	PRIMEIRA GRANDE TRANSFORMAÇÃO	SEGUNDA GRANDE TRANSFORMAÇÃO
MERCANTILIZAÇÃO	<i>Norte:</i> Mercantilização Rápida e Comoditização <i>Sul:</i> Conquista colonial e desapropriação de terras	<i>Norte:</i> liberalização rápida <i>Sul:</i> Ajustamento Estrutural
REGIME DE PRODUÇÃO	<i>Norte:</i> Despotismo do mercado no local de trabalho <i>Sul:</i> Despotismo colonial	<i>Norte:</i> Substituição pelo despotismo hegemônico <i>Sul:</i> Despotismo do mercado

CONTRA-MOVIMENTO	<p><i>Norte</i>: Emergência da hegemonia no local de trabalho e construção do Estado de bem-estar</p> <p><i>Sul</i>: Movimento de Libertação Nacional, levando à independência política e ao corporativismo estatal</p>	<p><i>North and South</i> : Contra-movimento global embrionária no período pós-Seattle - FSM, novo sindicalismo global</p>
------------------	---	--

Fonte: baseado nas Tabelas 3.1 (p. 53) e 3.2 (página 55) em Webster, Lambert e Bezuidenhout (2008) *Grounding Globalization*

Essa análise apresenta uma visão significativa da sociedade – seu significado, sua resistência, sua defesa, sua relação com o Estado, mas isso não é o que temos na Parte III, “A Sociedade Governando o Mercado?”. Como vemos na Tabela 1 acima, WLB evoca os elementos essenciais de uma Segunda Grande Transformação, contrastando-a com o relato de Polanyi dos contra-movimentos na Inglaterra nos séculos 19 e 20, a Primeira Grande Transformação. Aqui novamente, postulamos um “contra-movimento global embrionário”, mas qual é a evidência de sua existência? Mais uma vez, temos uma teleologia polanyiana: um passado maligno é primeiro homogeneizado e depois invertido em um futuro radiante. Essa falsa homogeneização da história, mas também da geografia (a dicotômica distinção norte-sul) torna-se uma fantasia para o internacionalismo operário e a sociedade utópica – um, um sonho marxista, o outro um sonho polanyiano. Vamos resolver cada um deles.

WLB traça duas formas de internacionalismo trabalhista, uma antiga e uma nova. Por um lado, havia o internacionalismo trabalhista, administrado por burocratas de carreira que operavam em uma organização hierárquica centralizada, com debate restrito e uma orientação diplomática, focada apenas no local de trabalho e nos sindicatos, estabelecida pelos trabalhadores brancos do sexo masculino do Norte. Por outro lado, hoje, temos a promessa de um novo internacionalismo trabalhista impulsionado por uma geração política de ativistas comprometidos, ligados por redes descentralizadas, envolvidos em debates abertos, com orientação mobilizadora e de

campanha, focada na construção de coalizões com novos movimentos sociais e ONGs, dominadas por trabalhadores da África Austral, Ásia e América Latina.

Quais são os fundamentos desse novo internacionalismo operário? Nós apresentamos as manobras discursivas da SIGTUR (Iniciativa do Sul frente à Globalização pelos Direitos dos Trabalhadores), mas o que elas têm a ver com os trabalhadores de Ezakheni, Orange e Changwon? Certamente, se quisermos pensar sobre o internacionalismo trabalhista, precisamos considerar a experiência do trabalho nessas fábricas (sobre o qual, em última análise, não aprendemos muito), as conexões laterais entre os locais de trabalho, tanto as conexões de interdependência (por exemplo, o papel da terceirização) e as relações de solidariedade (construídas através de lutas comuns). Precisamos olhar para a cadeia produtiva e seus elos fracos, mas também a possibilidade de construir vínculos com outras frações da força de trabalho que não estão conectadas à indústria de bens de consumo. Se, por um lado, precisamos ter uma compreensão mais profunda da experiência vivida da insegurança, por outro lado, precisamos de um interrogatório muito mais elaborado sobre a natureza do “neoliberalismo”. Precisamos examinar as forças que estão por trás da reestruturação da indústria de bens de consumo em todo o mundo, e os obstáculos que isso cria para qualquer organização baseada na indústria. Sim, a produção ainda pode importar, mas qual é a base para pensar que o setor industrial é a unidade apropriada para se organizar? A WLB está brilhando sua tocha no lugar certo?

A WLB é boa em se mover verticalmente, localizando a experiência e a resposta ao neoliberalismo em seus contextos nacionais, mas não explicam por que esses contextos nacionais não se tornam uma estrutura de aço que encerra as possibilidades de solidariedade trabalhista dentro dos países, e muito menos entre os países. Poderia ser, como argumenta Seidman, que o internacionalismo trabalhista pudesse prejudicar os projetos nacionais que têm maior promessa de sucesso? Na África do Sul, por exemplo, como Webster et al. sabem muito bem, o movimento sindicalista está a caminho da defensiva, perdendo empregos para terras estrangeiras e para o setor informal. Os sindicatos, que representam o trabalho assalariado, uma aristocracia trabalhadora encolhida, estariam criando laços com sindicatos em outros países ou criando solidariedades mais amplas com os trabalhadores do setor informal na África do Sul? Os trabalhadores do metal estarão preocupados com os agentes de

trabalho que exploram o mercado de trabalho nacional, ou deveriam estar ajudando a defender os trabalhadores contra o fechamento de plantas nos Estados Unidos? Independentemente do que os sindicatos deveriam fazer, os trabalhadores descritos em *Grounding Globalization* parecem estar em grande medida presos no localismo.

Se o sonho marxista do internacionalismo é frustrado nas rochas do localismo, qual será o destino do contra-movimento da sociedade polanyiana? Aqui, WLB fala de uma nova visão da natureza e do trabalho, da corporação socialmente responsável, de uma sociedade democrática ativa, de um novo sistema de comércio justo, de uma nova política global. Como um manifesto para um novo mundo que tem pouco a ver com o trabalho na era da insegurança, pelo menos, na evidência dos capítulos anteriores do livro. Finalmente, entre os mundos alternativos do internacionalismo e do contra-movimento, há uma tensão inexplorada. Por um lado, existe o projeto marxista de internacionalismo trabalhista que tenta ligar as classes trabalhadoras em fábricas, localidades, nações, regiões e no mundo, unidas pela sua exploração comum. Por outro lado, há o esquema polanyiano que une os participantes a um contra-movimento contra a mercantilização da terra, do dinheiro e do trabalho, um contra-movimento baseado na experiência do mercado, distinto da experiência de produção. Mas qual é a experiência mais saliente - a exploração, que potencialmente reúne operários como *trabalhadores assalariados* em escala geográfica, ou mercantilização, que reúne trabalhadores, agricultores expropriados, pessoas que lutam pelo acesso à água e à eletricidade?

O lugar onde se situa em relação a esta questão - exploração vs. mercantilização - ditará a estratégia que se desdobra em avançar: construir alianças de trabalhadores em fronteiras nacionais ou alianças locais entre pessoas que sofrem com a mercantilização. Seja qual for o projeto que seguirmos – e ambos são profundamente problemáticos – nossos quadros teóricos precisam se concentrar nos obstáculos à contestação e não no contra-movimento mundial embrionário ou globalização contra-hegemônica. Primeiro, precisamos de uma análise mais realista da produção e da mercantilização em escala mundial para discernir fendas na armadura capitalista, antes de celebrar o internacionalismo ou o contra-movimento.

Reconstruindo Polanyi

Esta segunda parte do artigo oferece um esboço preliminar de uma representação diferente de Polanyi – um relato historicizado da globalização capitalista que se centra na mercantilização do trabalho, do dinheiro e da natureza e suas inter-relações. O argumento baseia-se na mercantilização como sendo a principal experiência no mundo de hoje, e que a exploração, embora essencial para qualquer análise do capitalismo, não é experimentada como tal.¹³

Meu ponto de partida é o fracasso de Polanyi em antecipar uma rodada subsequente do fundamentalismo de mercado. A humanidade aprendeu sua lição, afirmou, o mercado auto-regulado trouxe o desastre a todos. Portanto, era algo que jamais seria repetido. Ele não poderia estar mais longe da verdade. Começando na década de 1970 com a crise do petróleo, a humanidade enfrentou outra onda de comercialização que provocou devastação, mas, com algumas exceções interessantes, nenhum contra-movimento significativo, pelo menos até agora. Por que Polanyi não antecipou outra onda de mercantilização? O meu argumento é que ao rejeitar o marxismo, ele rejeitou a própria ideia do capitalismo com seus imperativos de acumulação e novas fontes de lucro. O re-enraizamento de mercados no Norte, durante o período do pós-guerra, foi dispendiosa para o capital, que respondeu com uma ofensiva contra o trabalho, o meio ambiente e o dinheiro, tudo na busca sem fim do lucro.¹⁴

Essa renovada mercantilização cria profundos problemas para a conceitualização da história de Polanyi. Como o marxismo que ele critica, ele tem sua própria teleologia. *The Great Transformation* reduz um relato histórico complexo a um único ciclo: a devastação do mercado seguida de um contra-movimento e desmercantilização regulamentada. Uma vez que esta teleologia não funciona, uma vez que o banimento do mal para o passado e do bem para o futuro é rejeitado, então pode-se ver a história do capitalismo como uma sucessão de grandes transformações e um complexo entrelaçamento de mercantilização e contra-movimento, mas sem um fim definitivo à

¹³ A mistificação da exploração foi o centro da minha análise da produção capitalista em *Manufacturing Consent* (Chicago: University of Chicago Press, 1979) - um livro que, no entanto, era profundamente imperfeito pelo exame inadequado dos mercados e Estados globais.

¹⁴ Ver, por exemplo, David Harvey (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.

vista. Mesmo seguindo o próprio relato de Polanyi, podemos discernir, pelo menos, duas ondas distintas de comercialização e duas grandes transformações entre o final do século XVIII e meados do século XX.

Na história da Grã-Bretanha de Polanyi, a primeira onda de mercantilização é marcada pelo ataque ao sistema *Speenhamland*, introduzido em 1795 para subsidiar salários com subsídios ligados ao preço do pão, uma grande interferência no funcionamento do mercado de trabalho que finalmente foi suspensa em 1834 com a *New Poor Law* que eliminou o auxílio não regulamentado. A partir daí, o trabalho tornou-se um ator em seu próprio nome, lutando contra a própria mercantilização. No início, as lutas das classes trabalhadoras, como o cartismo, não tiveram sucesso, mas quando o trabalho renunciou à sua ferroada radical na segunda metade do século e, especialmente após a depressão (1873-76), ganhou concessões descomoditizadoras – reconhecimento de sindicatos, redução da duração do dia útil, leis do trabalho infantil, compensação por desemprego e até o início das pensões. Esta foi a Primeira Grande Transformação.

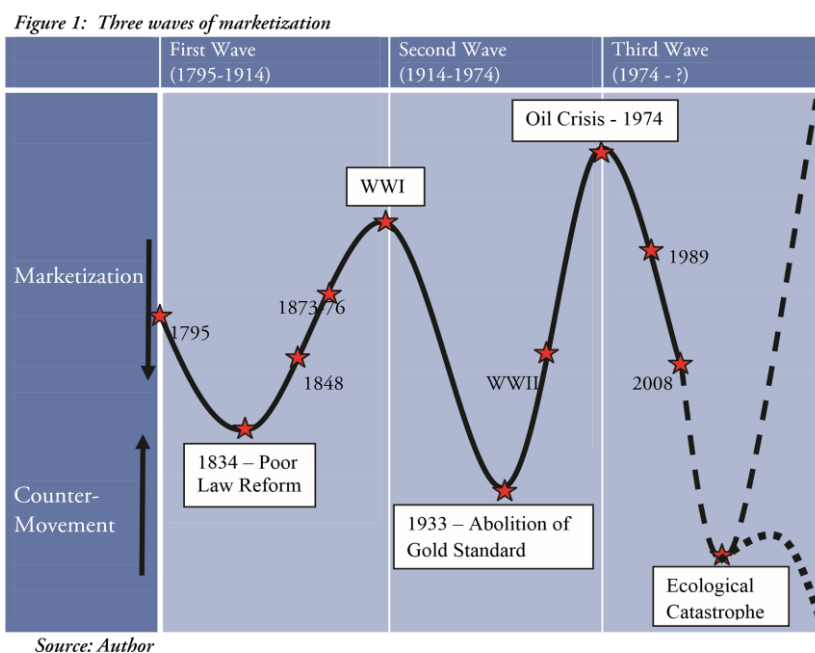
Após a Primeira Guerra Mundial, a mercantilização ganha um segundo fôlego através do comércio internacional regido pelo padrão ouro, juntamente com um assalto renovado ao movimento trabalhista, insurgente em muitos países europeus logo após a guerra. O contra-movimento que se espalhou por toda a Europa e América do Norte durante a década de 1930 e seguintes, primeiro moveu-se para dismantelar o dinheiro isolando as moedas nacionais e em seguida construiu a proteção social do trabalho em diversas formas de regime político - do fascismo ao estalinismo, do *New Deal* à Democracia social. Esta Segunda Grande Transformação do capitalismo de bem-estar, bem como o sistema monetário internacional organizado em Bretton Woods, visavam a regulamentação do mercado. Foi também o período da descolonização seguido do desenvolvimento direcionado do Estado na África e na Ásia. Foi o período de planejamento estatal incontestado na União Soviética, Europa Oriental e China. Em todo o mundo, os “mercadistas” estavam escondidos e na defensiva. Foi amplamente assumido que o mercado tinha que ser regulado pelo interesse social. Isso nos leva até a década de 1970, após o que ocorreu uma reversão extraordinária – as panaceias de mercado se afirmaram nas revoluções ideológicas de Thatcher e Reagan, no Consenso de Washington, no ajuste estrutural e no comunismo reformista e, finalmente, no

colapso do comunismo. Assim, a regulamentação estatal deu lugar a uma terceira onda de comercialização no meio dos anos 70, na sequência da crise do petróleo.

O que podemos dizer sobre esta terceira onda de mercantilização e as possibilidades de uma Terceira Grande Transformação? Neste modelo heurístico cada sucessiva onda de mercantilização é caracterizada por uma nova combinação de *commodities* fictícias. Na primeira onda, a (des)mercantilização do trabalho assume a liderança, na segunda onda vemos a interseção da (des)mercantilização do trabalho e do dinheiro com o dinheiro assumindo a liderança. A terceira onda caracteriza-se pela articulação da (des)mercantilização do trabalho, do dinheiro e da natureza, na qual a (des)mercantilização da natureza acabará por assumir a liderança. A Figura 1 apresenta um gráfico das três ondas, com linhas pontilhadas especulativas indicando futuros possíveis.

Até agora, a terceira onda entregou formas novas e selvagens de mercantilização do dinheiro, transformando-o de um meio de troca em uma ferramenta de lucro, baseada em derivativos, operações a prazo e securitização de empréstimos, e operando através de *hedge funds* em grande parte fora do controle de Estados. Isso trouxe consigo uma recomoditização renovada do trabalho – uma retirada da comoditização da força de trabalho –, juntamente com um dismantelamento destrutivo do trabalho, na medida em que é levado para fora do trabalho assalariado em direção ao setor informal. Cada vez mais, a exploração é um privilégio em vez de uma maldição, especialmente no Sul, mas também no Norte, com o crescente desemprego e o subemprego. A queda do comunismo em 1989 e 1991 e as crises financeiras na América Latina, na Ásia e, finalmente, nas margens dos EUA em 2008, apenas consolidaram a terceira onda de mercantilização, que até agora, em muitos aspectos, parece semelhante à segunda onda de mercantilização. Na verdade, podemos até ver respostas paralelas do Estado, seja sob a forma de revivências islâmicas e socialistas, que podem ser vistas como tentativas de regulamentação dos mercados no Oriente Médio e na América Latina, ou os programas de austeridade que estão se espalhando pela Europa, especialmente nas

suas periferias. Escrevendo na primeira edição do *Global Labour Journal*, John Harris vê um “contra-movimento” polanyiano semelhante ao orquestrado acima pelo Estado.¹⁵



O verdadeiro caráter da terceira onda de mercantilização, no entanto, ainda deve ser marcado com o aprofundamento da mercantilização da natureza, que é a da terra, água e ar. Isso é, claro, já está acontecendo em todo o mundo, mais visivelmente na semiperiferia em países como África do Sul, China, Índia, Brasil. A expropriação de terras pode ser encontrada na maior parte do Sul, e talvez em nenhum outro lugar seja mais dramático do que na Índia. Em reação à segunda onda de mercantilização, encontramos a era da modernização nehruviana liderada pelo Estado, a expropriação de terras sem mercantilização (mais notoriamente para a construção de barragens), enquanto a terceira onda de mercantilização trouxe a prática da expropriação junto com a comoditização, resumida por Zonas Econômicas Especiais.¹⁶ Em outros lugares, por exemplo, em países tão distantes quanto a África do Sul e a Bolívia, a mercantilização da água e da eletricidade atraiu muitos protestos populares, enquanto

¹⁵ John Harriss (2010) ‘Globalization(s) and Labour in China and India: Introductory Reflections’, *Global Labour Journal* 1(1): 9-10.

¹⁶ Fui muito influenciado por discussões com Michael Levien e seu artigo ‘India’s Double Movement: Polanyi and the National Alliance of People’s Movements’, *Berkeley Journal of Sociology* 51(2007): 119-149. Perspectivas semelhantes emergem dos artigos por V.K. Ramachandran e Vikas Rawal, Rohini Hensman e Barbara Hariss-White na primeira edição do *Global Labor Journal* 1.1 (janeiro de 2010).

a mercantilização do ar através do comércio de carbono trouxe o meio ambiente para a atenção pública em todo o mundo.

Essas mercantilizações da natureza têm um impacto dramático sobre a sobrevivência e, portanto, sobre a mercantilização do trabalho. A privatização da água ou da terra pressiona a demanda pelo trabalho assalariado, intensificando sua subjugação. Novos instrumentos de financiamento facilitam a comercialização não regulamentada de suprimentos de energia, ilustrada na operação da Enron, novamente fora do controle do Estado. Podemos especular que a crise da terceira onda de mercantilização se desenvolverá através de sucessivas crises ambientais geradas por desastres não naturais - mudanças climáticas, tsunamis, terremotos, derrames de petróleo, acidentes nucleares, resíduos tóxicos - não naturais em suas origens, bem como em suas consequências.

O modelo heurístico apresentado no gráfico acima mostra um aprofundamento de sucessivas ondas de mercantilização e uma reestruturação mais dramática que se segue em parte devido à intensificação da mercantilização, mas também devido às formas e sinergias entre a mercantilização de diferentes *commodities* fictícias. O gráfico levanta a questão de saber se existem candidatos a *commodities* fictícias que não sejam a natureza, o trabalho e o dinheiro. O 'conhecimento' poderia ser uma *commodity* fictícia como alguns argumentaram? Para Polanyi, uma *commodity* fictícia é um fator essencial de produção que nunca foi destinado a ser mercantilizado e cuja mercantilização destrói seu caráter essencial. Em resumo, podemos dizer que uma *commodity* fictícia é aquela que, ao ser transformada em objeto de troca, tem minado o seu valor de uso. Transformar a terra em uma mercadoria destrói a comunidade que vive nela e dela, transformar o trabalho em uma mercadoria destrói sua capacidade produtiva, transformar o dinheiro em mercadoria ameaça seu uso como meio de troca. Mas, e o conhecimento? O que acontece com o seu valor de uso quando se torna um objeto de troca? Certamente, quando o conhecimento é comercializado, comprado e vendido, não é mais um bem público. Torna-se propriedade intelectual, propriedade privada, mas isso muda o seu caráter? Os direitos de propriedade intelectual podem ter levado à transformação da produção de conhecimento, orientada para aqueles que podem pagar por isso, mas isso o distorce? Pode-se argumentar que as pressões do mercado estão levando as universidades a

relações colaborativas com a indústria que estão em desacordo com seu propósito original, mas isso faz do conhecimento uma quarta mercadoria fictícia?¹⁷

Como está, o esquema pressupõe ondas de disseminação do mercado em todo o mundo, transformadoras do Sul e do Norte. Mesmo que tais alegações possam ser feitas, o esquema não reconhece o impacto diferencial de tal mercantilização em diferentes regiões geopolíticas. *The Great Transformation* concentra-se principalmente na Inglaterra na primeira onda de mercantilização, estendendo-a à Europa na segunda onda de mercantilização, e hoje não há outra alternativa senão incluir o planeta inteiro, o que, por sua vez, nos obriga a situar também a análise de Polanyi sobre as primeiras duas ondas e seus contra-movimentos a nível mundial. Na medida em que Polanyi não escreve sobre o colonialismo na África do Sul como uma forma extrema de devastação cultural provocada pela mercantilização, ele realmente perde os limites e a resistência à mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro e a especificidade da primeira e segunda ondas de mercantilização no mundo colonial. Um passo preliminar reconheceria a distinção entre centro e periferia em que a periferia colonial se torna fonte de matérias-primas que implica a mercantilização parcial da terra e do trabalho. Então, a segunda onda de mercantilização pode ser caracterizada como imperialismo em que as relações entre centro e periferia continuam a girar em torno do acesso a matérias-primas, mas agora giram também em torno de crises de superprodução no centro que exigem acesso ao mercado para a periferia. Assim como os contra-movimentos na Europa e na América do Norte invocaram a autonomia e a regulação do estatal do mercado, de forma correspondente podemos ver a descolonização e os projetos nacionais de desenvolvimento que se seguiram, como contra-movimentos na periferia, levando à dependência orquestrada através do comércio.

Como então podemos caracterizar a terceira onda de mercantilização em termos globais? Podemos chamá-lo de era da globalização em que a mercantilização do trabalho, do dinheiro e da natureza - migração do trabalho, capital financeiro e degradação ambiental - assume, pela primeira vez, um caráter verdadeiramente

¹⁷ Ver Ayşe Buğra and Kaan Ağartan (eds) (2007) *Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project*. Part III. New York: Palgrave.

transnacional que muitas vezes está fora do controle do Estado. Mas a terceira onda de mercantilização, que se aproxima da Segunda Grande Transformação que se centrou na regulamentação estatal, tem efeitos muito diferentes dependendo dos legados nacionais e das estratégias nacionais. Assim, a União Soviética, capitulando ante a terceira onda de mercantilização, pegou a estrada do mercado rumo ao capitalismo de mercado. Com a destruição indecorosa do Estado e da economia planejada, a classe dominante recém-formada da Rússia esperava que o capitalismo surgisse totalmente formado das cinzas do socialismo de Estado. Se o capitalismo emergiu, foi o capitalismo de um tipo muito especial no qual a expansão do domínio da troca e uma mercantilização não regulamentada do dinheiro destruíram a economia industrial, forçando o trabalho a depender da subsistência. Esta não foi a revolução, nem a evolução, mas a involução.

Que tipo de contra-movimento foi esse? Certamente, não foi nada como a Inglaterra do século XIX ou mesmo a Europa do século XX. Este foi um recuo para uma economia pré-capitalista, como Polanyi descreveria, um recuo do dinheiro como meio de troca, um recuo do trabalho assalariado para a produção doméstica com base na reciprocidade, um recuo das fazendas coletivas para a produção camponesa. Na China, em contraste, a terceira onda de mercantilização foi fortemente mediada pelo Estado. Não houve tentativa de destruir o Estado, mas sim de incubar o mercado nos interstícios do Estado. As classes dominantes chinesas aprenderam a lição polanyiana de que a sociedade de mercado exige regulação Estatal. Para ter certeza de que foi acompanhado pelo crescimento das desigualdades, mas, até agora, o protesto social “celular” tem sido efetivamente absorvido pelo Estado como oportunidades de exploração do mercado se multiplicaram.¹⁸

Sendo assim, quais são as possibilidades para o contra-movimento à terceira onda de mercantilização? Se o contra-movimento à primeira onda começa no nível local e atinge o nacional e o contra-movimento à segunda onda começa no nível nacional e atinge o global, o contra-movimento à terceira onda deve começar no nível global pois

¹⁸ Esta é também a conclusão que tirei de artigos no *Global Labor Journal* 1.1 (janeiro de 2010): XiaoYuan Dong, Paul Bowles, and Honquin Chang, ‘Managing Liberalization and Globalization in Rural China: Trends in Rural Labour Allocation, Income and Inequality’ (pp. 32-55); Marc Blecher, ‘Globalization, Structural Reform, and Labour Politics in China’ (pp. 92-111); and Pun Ngai, Chris King Chi Chan and Jenny Chan, ‘The Role of the State, Labour Policy and Migrant Workers’ Struggles in Globalized China’ (pp. 132-151).

é somente nesse nível que é possível contestar a destruição da natureza, e sobretudo enfrentar as maquinações globais do capital financeiro. Embora os efeitos da degradação do meio ambiente sejam irregulares e desiguais, em última análise, todos serão afetados, ricos e pobres, norte e sul. Algum de tipo de contraposição mundial pode ser necessária para a sobrevivência humana, mas não há necessidade histórica alguma no seu aparecimento. Tem que superar a geopolítica profundamente arraigada, mas especialmente espaços nacionais, bem como restrições temporais, especialmente os curtos horizontes temporais criados pela mercantilização. Um contra-movimento para evitar desastres ecológicos exigiria sacrifícios imediatos para ganhos a longo prazo e incertos. Talvez os horizontes de longo prazo só possam ser impostos pelo governo autoritário – o pesadelo polanyiano do fascismo global. Pode haver pequenos contra-movimentos, transformações pequenas, em vez de grandes, operações de limpeza após cada desastre (não) natural, mas não está claro como uma sucessão de pequenas transformações se transformará em uma grande transformação. Pelo contrário, os cuidados paliativos podem prevenir qualquer compromisso coletivo de conter as tendências vorazes do capitalismo. A escolha não pode mais ser limitada a “socialismo ou à barbárie”, mas deve ser estendida a ou socialismo ou barbárie ou morte. O otimismo hoje deve ser combatido por um pessimismo intransigente, não por um alarmismo, mas por uma análise cuidadosa e detalhada da forma como o capitalismo combina a mercantilização da natureza, do dinheiro e do trabalho e, assim, destrói o próprio terreno sobre o qual um “contra-movimento” poderia ser construído.